

A oferta pública de educação no município de Itabaiana:
escolas professores e alunos (1988-2014)

*The public offering of education in the municipality of Itabaiana:
schools teachers and students (1988-2014)*

*La oferta pública de educación en el municipio de Itabaiana:
escuelas y alumnos (1988-2014)*

Elizabeth de Souza Oliveira¹

Resumo: O presente trabalho visou investigar como ocorreu o processo de oferta da educação no município de Itabaiana entre o período de 1988 e 2014, sendo que este espaço/tempo compreende a promulgação da Constituição Federal de 1988, consolidada pela Lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Este trabalho possibilitou identificar e analisar: as estratégias desenvolvidas pelo município para aderir à nova política; a distribuição da malha escolar municipal; os possíveis programas de financiamento criados para contemplar a rede municipal de educação; a relação entre a rede municipal e estadual; as formas de seleção e formação continuada de professores; as metodologias de organização pedagógica da rede municipal e o uso dos recursos públicos destinados à educação. Os procedimentos metodológicos adotados foram os contatos com a Secretaria Municipal de Educação, as leituras e análises da documentação existente, visita às unidades escolares, entrevista com os membros da Secretaria e professores, e consulta aos dados estatísticos do Governo Federal. As conclusões obtidas pretenderam contribuir para que a própria municipalidade obtivesse uma melhor reflexão sobre suas práticas e em que pontos isto pôde alcançar mudanças que propiciaram melhorias no serviço prestado à população.

Palavras-chave: História da Educação no Tempo Presente. Municipalização do ensino. Sergipe.

Abstract: *The present work aimed to investigate how the process of offering education in Itabaiana occurred between 1988 and 2014, and this space / time includes the enactment of the Federal Constitution of 1988, consolidated by Law 9.394/96, which establishes the Guidelines and Bases of National Education. This work made it possible to identify and analyze: the strategies developed by the municipality to adhere to the new policy; the distribution of municipal schools; the possible financing programs created to contemplate the municipal education network; the relationship between the municipal and state networks; the forms of selection and continuous training of teachers; the methodologies of pedagogical organization of the municipal network and the use of public resources destined to education. The methodological procedures adopted were contacts with the Municipal Department of Education, readings and analyzes of existing documentation, visits to school units, interviews with members of the Secretariat and teachers, and consultation of Federal Government statistical data. The conclusions obtained sought to contribute to the municipality itself obtaining a better reflection on their practices and in which points this could achieve changes that led to improvements in the service provided to the population.*

Keywords: *History of Education in Present Time. Municipalization of teaching.; Sergipe.*

1 Graduada em História pela Universidade Federal de Sergipe.

Resumen: *El presente trabajo pretendió investigar cómo ocurrió el proceso de oferta de la educación en el municipio de Itabaiana entre el período de 1988 y 2014, siendo que este espacio / tiempo comprende la promulgación de la Constitución Federal de 1988, consolidada por la Ley 9.394 / 96 que establece las Directrices y Bases de la Educación Nacional. Este trabajo permitió identificar y analizar: las estrategias desarrolladas por el municipio para adherirse a la nueva política; la distribución de la malla escolar municipal; los posibles programas de financiamiento creados para contemplar la red municipal de educación; la relación entre la red municipal y estatal; las formas de selección y formación continuada de profesores; las metodologías de organización pedagógica de la red municipal y el uso de los recursos públicos destinados a la educación. Los procedimientos metodológicos adoptados fueron los contactos con la Secretaría Municipal de Educación, las lecturas y análisis de la documentación existente, visita a las unidades escolares, entrevista con los miembros de la Secretaría y profesores, y consulta a los datos estadísticos del Gobierno Federal. Las conclusiones obtenidas pretendieron contribuir para que la propia municipalidad obtuviera una mejor reflexión sobre sus prácticas y en qué puntos esto pudo alcanzar cambios que propiciaron mejoras en el servicio prestado a la población.*

Palabras-chave: Historia de la Educación en el Tiempo Presente. Municipalización de la enseñanza. Sergipe.

INTRODUÇÃO

Este relatório contempla as atividades referentes ao plano de trabalho “A oferta pública de educação no município de Itabaiana: escolas, professores e alunos (1988-2014)” que é parte do projeto “A História da municipalização do ensino no Brasil: a experiência de um município do agreste sergipano (1988-2014)”. O objetivo geral deste projeto foi investigar como se deu a municipalização do ensino no país no período demarcado. Por sua vez o plano de trabalho toma por primeiro exemplo o município de Itabaiana. O recorte temporal selecionado foi o de 1988 a 2014, período em que se deu a promulgação da Constituição Federal e da Lei 9.394/96 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

De modo mais específico, o plano de trabalho teve por objetivo identificar e analisar: a distribuição da malha escolar municipal; os possíveis programas de financiamento criados para contemplar a rede municipal de educação; as formas de seleção e formação continuada de professores; as metodologias de organização pedagógica da rede municipal; e analisar os impactos sócio populacionais nas comunidades atendidas pela nova rede de escolas.

Os procedimentos metodológicos feitos para possibilitar o desenvolvimento do estudo partiram das leituras de obras relacionadas com o tema principal, sendo possível entender o processo de municipalização, da formação do município de Itabaiana, da história da

educação, da criação de políticas voltada para melhoria da educação. Além de fazer leituras sobre os temas mencionados, foi realizado também o contato com a Secretaria Municipal de Educação, com a Secretaria de Administração e de Gestão de Pessoas, com o Arquivo central e visitas as unidades escolares.

O contato com a Secretaria Municipal da Educação foi fundamental para a coleta dos dados disponíveis sobre as atuais 57 escolas existentes, sendo colhidos os nomes, localizações, ano de fundação, censos atuais das escolas, resultados da Prova Brasil e as escolas que participam deste. Com a Secretaria de Administração e de Gestão de Pessoas foram recolhidos dados sobre os professores do município que ingressaram após 1988 e que a partir de 1997 tornaram-se efetivos por meio de concurso público. Já no Arquivo Central o contato foi de muita utilidade para a obtenção de dados referentes aos anos de 1988 a 1996. Por fim o contato com algumas escolas teve de ser realizado para obter a data de fundação, já que alguns desses dados não estavam disponíveis, pois Secretaria da Educação não possui no seu sistema.

Então, com base nas leituras e o contato físico com dados que estavam disponíveis, faço aqui as relações necessárias para entender como se deu a municipalização no município de Itabaiana. Conforme o trabalho de campo foi sendo realizado, as vicissitudes da pesquisa determinaram restrições nestes objetivos por motivos a ser esclarecidos adiante.

CENÁRIO EDUCACIONAL PÓS 1988 EM ITABAIANA

No ano de 1988 houve a promulgação da nova e atual Constituição Federal e percebem-se diferenças de objetivos entre atual e anterior de 1967 e suas emendas de 1968 e 1971. As diferenças mais notáveis são que no período do Governo Militar tentava-se de forma indireta privilegiar o ensino particular – “§ 2º Respeitadas às disposições legais, o ensino é livre à iniciativa particular, a qual merecerá o amparo técnico e financeiro dos Poderes Públicos, inclusive bolsas de estudo.” –, enquanto a constituição de 1988 é minuciosa na abordagem da composição do cenário educacional. Além disto, é observado um passo a frente na constituição de 1988, vulgarmente conhecida como Constituição Cidadã, quanto à citação de que a educação seria de extensão obrigatória e gratuita para a educação básica, gratuita para o ensino médio e para as universidades.

Outra diferenciação foi a inserção dos municípios nas incumbências para com a educação na constituição de 1988. Após anos de muitas discussões foi só em 1996, com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases – lei de nº 9.394/96 – e a lei FUNDEF – Fundo de Manutenção e desenvolvimento do ensino e valorização do magistério (lei de nº 9424/96) – que os municípios passaram a ter obrigações quanto à educação.

A partir da leitura do artigo “Reforma do Estado, Descentralização e Municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos Sistemas Públicos de ensino pós-LDB 9.394/96” (2004) de Donald Bello de Souza e Lia Ciomar Macedo de Faria, foi possível entender os trâmites que possibilitaram a participação dos municípios na educação. Do mesmo modo foi possível também entender a formação do FUNDEF como fundo financeiro para garantir o novo sistema de ensino.

Por seu turno, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 233/95, que originou a EC nº 14/96 vai propor a criação

do FUNDEF7 como estratégia para garantir as condições financeiras de funcionamento deste novo sistema municipal de ensino. Tanto essa CF, quanto à nova LDB8, assim como a Lei nº 9.424/96 que regulamenta o FUNDEF9, indicam aspectos em que a colaboração entre os entes federados deve ser observada, sobretudo em relação à divisão de encargos e de planejamento, e ao estabelecimento de normas. (SOUZA; FARIA. 2004. p. 930.)

A nova organização que é proposta pela LDB Nº 9.394/96 é vista no Título IV – Da Organização da Educação Nacional – do Art. 9º ao Art. 11º, onde incumbe a União de cumprir deveres para com o ensino superior, ao Estado os deveres para com o ensino fundamental e, principalmente, o ensino médio e ao Município os deveres para com os centros educacionais, pré-escola e através de acordos com o Estado, cumprir os deveres com o ensino fundamental.

O FUNDEF entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 1998 até 2006 com o objetivo de promover a universalização, a manutenção e a melhoria qualitativa do ensino a partir da redistribuição dos impostos para o ensino fundamental público. O montante recolhido era composto pelo FPE (Fundo de Participação dos Estados), FPM (Fundo de Participação dos Estados), ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e IPI (Impostos sobre produtos Industrializados, proporcional às exportações). Além desses recursos tinha também o recurso federal para assegurar um valor mínimo de aluno/ano quando esse valor não era alcançado.

Em janeiro de 1998 a primeira manutenção para o ensino fundamental de Itabaiana foi de R\$ 185.391,28 e o último em dezembro de 2006 foi de R\$ 854.921,13. A partir desse dado inicial e final é perceptível um aumento populacional e de alunos frequentando a escola, já que para fazer o cálculo de quanto o município precisa para a manutenção do ensino é preciso da quantidade total de aluno no município pela quantidade total de aluno do Estado (escolas municipais e estaduais).

Com o término do Fundo de Manutenção do ensino e valorização do magistério – FUNDEF

– em 2006, surge uma nova proposta para com a distribuição de recursos em 2007, a FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – criado pela Emenda Nº 53/2006 e regulamentada pela Lei Nº 11.494/2007 e pelo Decreto Nº 6.253/2007. Esse fundo de manutenção deve prosseguir até 2020.

O primeiro recurso disponibilizado pelo FUNDEB para o município de Itabaiana foi em janeiro de 2007 com o valor de R\$ 876.648,89e em dezembro de 2014 foi contemplado com R\$ 2.766.691,75de acordo com o dado disponível no site do Tesouro Nacional.

De acordo com informações na Secretaria da Educação, os planos de fundo citados, antigo FUNDEF e atual FUNDEB, são direcionados para os municípios, onde estes ficam responsáveis de aplicar nas escolas, pagar funcionários da educação, entre outras incumbências. Além destes recursos criados para a manutenção da educação básica, têm-se os programas MDE (Manutenção e Desenvolvimento do Ensino) e Salário-Educação, que também são direcionados para o município.

Há também os programas de financiamento para suplementação da rede municipal de educação que são diretamente aplicados na escola, onde está administra onde irá aplicar o dinheiro durante o ano. Com base nas informações disponibilizadas na SEMED, Itabaiana possui os programas Mais Educação, regulamentado pelo decreto 7.083/10; PNAE (Alimentação Escolar), considerado como o programa mais antigo, foi criado em 1955; PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), criado em 1995, porém só em 2009 passou a ser destinado para toda a Educação Básica; Programa Mais Cultura nas Escolas, criado em 2014; Programa Formação Esportiva Escolar (Atleta na Escola) criado em 2014.

Com base no que fora discutido anteriormente, voltaremos especificamente para a municipalização em Itabaiana, como já

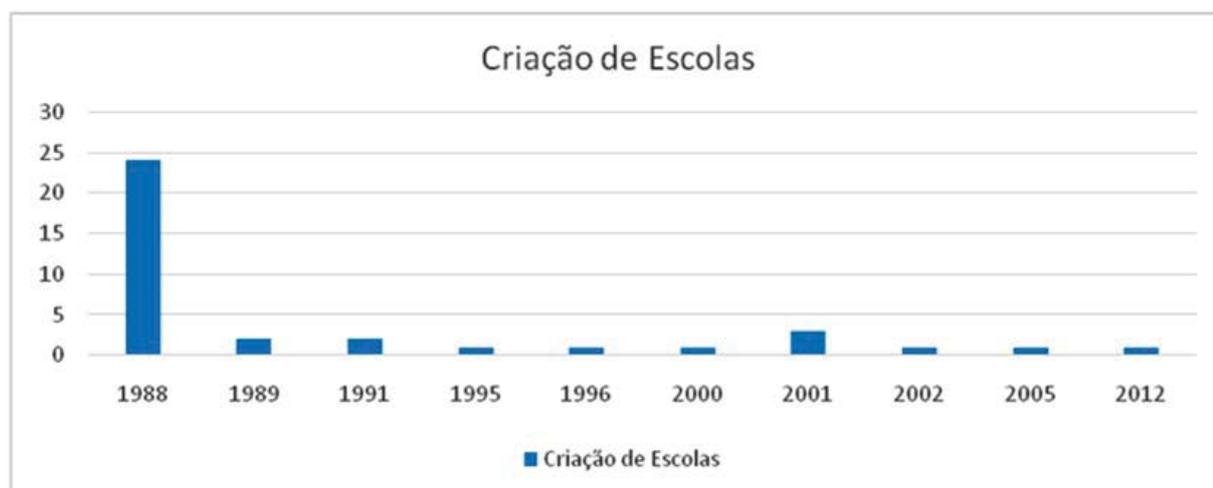
foi dito, fora legitimada a partir da constituição federal de 1988 e pela LDB 1996.

Assim, com aquela CF, foi facultado aos Municípios o direito de emitir normas e a estabelecer políticas, viabilizando, com isto, a implantação do Regime de Colaboração e não mais a manutenção de relações hierárquicas entre as três esferas políticas de poder (União, Estados e Municípios), pelo menos no âmbito da lei. (SOUZA; FARIA. 2004 p. 930.)

Ao passo que se abriam discussões sobre a municipalização os argumentos a favor foram os de que com esse método a educação pode melhorar e ser mais acessível para a população, de que pode ser mais eficaz para resolver problemáticas locais, de que assim passaria a ter agilidade administrativa, de que o município teria mais liberdade financeira e de que a população poderia acompanhar ativamente o andar da educação. Os que foram contra a este método justificaram que pode facilitar a atender somente os mais favorecidos no município, a liberdade financeira pode facilitar o desvio do dinheiro voltado à educação para outras obras do município e a ideia de participação da sociedade não iria modificar em nada. Então, para saber dos reais efeitos que a municipalização exerceu sobre o município de Itabaiana será necessário nos basear em dados disponíveis no pós 1988.

No município de Itabaiana nos primeiros anos da Constituição Federal vemos a partir do documento que consta o ato de criação de escolas, disponibilizado na Secretaria da Educação, que num período de 1988 a 1995 foram criadas 28 escolas, sendo que só em 1988 foram instaladas 24 escolas. Este aspecto pode ser explicado pelo fato da constituição a partir deste ano dar ao município “livre arbítrio”, em conjunto com o Estado para colaboração com o ensino fundamental, para poder construir escolas em aglomerados rurais que estavam necessitando.

Gráfico I – Criação de escolas



Fonte: Secretaria da Educação de Itabaiana. Criação de escolas (1988 – 2012).

Após a implantação da LDB 9.394/96 essa diminuição na quantidade de escolas criadas não modificou muito, o que pode ser explicado ou pelo motivo de que uma só escola tinha a sua localização próxima de muitos aglomerados/povoados atendendo as necessidades e quantidades dos alunos, ou pela grave crise social que esteve presente no Brasil nos anos 90 onde houve um crescimento econômico lento e aumento do desemprego, refletindo também no rendimento escolar, que nesse período como aponta Maria Lucia Spedo Hilsdorf na sua obra História da Educação Brasileira: leituras (2003) causou exclusão social escolar. É muito importante frisar que muitas dessas escolas criadas foram inativadas ou tiveram a denominação modificada através de leis.

Durante o desenvolvimento educacional a maioria das escolas municipais que foram instaladas nos centros populacionais localizados ao redor da cidade, os povoados, que atualmente contam com 39 escolas municipais com pré-escola e ensino fundamental e dois centros educacionais (creche e pré-escola). As três principais escolas municipais que possuem maior quantidade de alunos matriculados disponíveis em censos escolares encontrados de 1988 a 2014 são as: Escola Municipal Dom José Thomaz localizada no povoado Rio das Pedras de 1983, Escola Municipal José Domingos Professor localizada no povoado Cajaíba I desde 1974, Escola

Municipal Anilde Santos de Jesus localizada no povoado Cajaíba II desde 1979.

Enquanto na cidade encontra-se 12 escolas municipais em que oferecem pré-escola e ensino fundamental, e quatro centros educacionais (creche e pré-escola). De acordo com a quantidade de alunos matriculados disponíveis nos censos escolares encontrados referentes aos anos de 1988 a 2014 são as: Escola Municipal Vice-Governador Benedito Figueiredo localizada no Bairro São Cristóvão desde 2000, Escola Municipal Clara Meireles Teles localizada no Bairro Rotary Clube desde 1994, Escola Municipal Elizeu de Oliveira localizada no Bairro Miguel Teles desde 1989 e Escola Municipal M^a Irene Tavares localizada no Bairro Bananeira desde 1990.

Os censos, que foram encontrados no Arquivo Central de Itabaiana, ou não tinha disponíveis os dados referentes aos anos de algumas escolas, como o caso mais extremo da Escola Municipal Professora M^a Vieira Mendonça, ou tinham dados referentes a uma mesma escola e que eram divergentes, como os dados da Escola Municipal Professora Nivalda Lima Figueiredo, Escola Municipal 30 de Agosto e Escola Municipal M^a Irene Tavares, já do ano 2005 a 2014 é possível ter acesso na SEMED de Itabaiana, onde estão organizados os censos e estatísticas. É possível também encontrar no site www.qedu.org.br censos das escolas municipais de 2010 a 2014.

Quanto aos Centros Educacionais (creche) o Inciso I do artigo 30 da seção da educação infantil assegura que estes são destinados as crianças de até três anos de idade, e estes existem em pequena quantidade por ainda ser eminente na sociedade itabaianense o patriarcalismo, em que o marido lida com a parte econômica e a mulher cuida dos filhos e da organização do lar, então não existe uma necessidade de aumentar a quantidade de creches, e mesmo que este quadro esteja em processo de modificação não são necessárias às creches, pois a outra opção é a de terceiros cuidarem das crianças.

Quantificando, tem-se até o ano de 2014 em Itabaiana 57 escolas. Destas escolas temos duas com características distintas, que é a Escola Técnica Agrícola Prefeito João Alves dos Santos, localizada no povoado Roncador desde 1997, em que o ensino é integral, compreendendo turmas de 6º ao 9º ano, e além das disciplinas comuns, compõem a grade pedagógica também disciplinas de Práticas Zootécnicas, Práticas Comerciais, Práticas Industriais e Práticas Agrícolas.

Já a Escola Comunitária Prof.^a Laura Maria dos Santos, localizada no povoado Bom Jardim desde 1990, tem como característica ser uma escola comunitária, o que significa ser uma escola “instituída por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de pais, professores e alunos, que incluam em sua entidade mantenedora representantes da comunidade”², e de acordo com a LDB de 1996, artigo 77, as entidades conveniadas – comunitária, filantrópica ou confessional – podem receber recursos públicos, mas tem que comprovar que a finalidade não é lucrativa.

² Fonte: ftp://ftp.fn.de.gov.br/web/fundeb/entidades_conveniadas.pdf

Tabela I – Ideb e metas projetadas

4ª Série/5º Ano	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Itabaiana	2,4	3	3,4	3,4	3,6	2,5	2,9	3,4	3,7	4	4,3	4,6	4,9

Ao passo que há a aplicação do Projeto Político Pedagógico (PPP) em cada escola é preciso realizar avaliações do desenvolvimento do alunado, e para isso existe o SAEB desde 1995. O Sistema Nacional de Avaliação da Educação (SAEB) consiste em avaliações padronizadas e questionários socioeconômicos, desenvolvido pelo Inep/MEC, com o objetivo de avaliar a qualidade da Educação Básica brasileira e a universalização do acesso à escola. Para tanto, essa avaliação oferece dados e indicadores que dão maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos nas áreas e anos avaliados.

De acordo com informações disponibilizadas no site do Inep e na Secretaria da Educação de Itabaiana, o SAEB passou a ser composto por duas avaliações de larga escala através da Portaria nº 931, de 21 de março de 2005, a Aneb (Avaliação Nacional da Educação Básica), a Anresc (Avaliação Nacional de Rendimento Escolar / ou Prova Brasil) e através da Portaria nº 482, de 7 de julho de 2013, passou a ser composta também pela ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização).

A partir das informações expostas irei apoiar-me sobre os resultados da Prova Brasil e Provinha Brasil no município de Itabaiana. Como fora explicado cada município tem a sua própria avaliação para que assim seja possível avaliar as necessidades para com a educação. Os resultados da Prova Brasil são disponíveis na Secretaria da Educação de Itabaiana e também podem ser encontrados no site do Ideb, em que constam os anos que as prova foram realizadas, o resultado da avaliação e as metas projetadas até o ano de 2021.

De acordo com a tabela percebe-se que a educação no 5º ano obteve a meta alcançada nos anos de 2007, 2009 e 2011 e no 9º ano as metas foram alcançadas somente nos anos de 2009 e 2011.

4ª Série/5º Ano	Ideb Observado					Metas Projetadas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Itabaiana	2,4	3	3,4	3,4	3,6	2,5	2,9	3,4	3,7	4	4,3	4,6	4,9

Fonte: <http://ideb.inep.gov.br/> Resultados e metas da Prova Brasil realizada em Itabaiana.

Com participação importante nos resultados que foram alcançados pelos alunos nas avaliações elaboradas para qualificar a educação, temos os professores. De acordo com as informações disponibilizadas na Secretaria da Educação e na Secretaria de Gestão Pessoal, as seleções de professores anteriores a 1997 eram a partir do contato com a Prefeitura. Os cargos de professores com carteira assinada eram concedidos com mais facilidade para os que apoiassem o seu partido. Em 1997 houve o primeiro concurso público destinado somente aos celetistas para que estes fossem efetivados. Através da análise da relação de professores disponibilizada pela Secretaria de Gestão Pessoal, percebe-se um aumento na lista de admissão, pois foram convocados 38 professores no ano do concurso e no ano seguinte, 1998, foram 46 professores.

Em 2000 houve outro concurso público para professor, sendo que desta vez foi disponível para todos que tinham capacitação. Então, de acordo com a relação de professores, neste mesmo ano foram admitidos 36 profissionais. Deste mesmo concurso foram convocados profissionais até 2004, somando um total de 166 professores admitidos.

Passaram-se 10 anos para que outro concurso público surgisse. Então ao longo deste período, embasada na informação disponibilizada na Secretaria de Gestão Pessoal, A prefeitura contratava os poucos profissionais que necessitavam, só surgindo um concurso quando os números de professores para suprir as necessidades do município estivessem elevados. Portanto somente no ano de 2010 surgiu um novo concurso público para professores de escolas municipais.

Gráfico 2 – Admissão de professores



Fonte: Secretaria de Gestão Pessoal. Admissão de professores em Itabaiana (1973 – 2014)

Então o concurso de 2010 homologado em 2011 convocou neste ano por volta de 19 professores voltados para o magistério e estes foram admitidos até o ano de 2015, somando-se cerca de 40 profissionais. Contudo, no início de 2016 foi elaborado mais um concurso para o magistério, porém este ainda não fora homologado.

Estes professores, por sua vez, são apoiados a fazer cursos de formação continuada para atuar nas escolas. Com base nas informações disponibilizadas na SEMED, a Secretaria da Educação de Itabaiana apresenta-se em parceria com a UFS na Educação Básica e apresenta também o programa de Educação do Campo. Como apontam as informações há uma carência em cursos de aperfeiçoamento e especialização de professores em Itabaiana.

Como último objetivo do plano apresenta-se os impactos sócios populacionais nas comunidades atendidas pela nova rede de ensino de Itabaiana. Os dados que possibilitaram a contagem de alunos por ano atendido pela rede de ensino municipal foram os que a SEDUC e o Arquivo Central disponibilizou. A SEDUC disponibilizou os dados de 2005 a 2014 e o Arquivo Central os

dados de 1988 a 2004. Além da Secretaria da Educação de Itabaiana e do Arquivo Central é possível encontrar também o número de alunos por escola através do site www.qedu.org.br do ano 2012 a 2014.

Tais dados foram retirados dos censos realizados a cada ano, porém no Arquivo Central apresentou o problema de não possuir o censo dos anos de algumas escolas. No entanto, mesmo com essa problemática foi feita a contagem em que estima quantos alunos por ano tem na rede municipal de ensino.

De acordo com os dados expostos no gráfico é possível perceber que a quantidade de alunos no decorrer dos anos vai aumentando, mesmo que apresente alguma diminuição. É possível observar que a partir de 2002 para 2003 há um salto significativo de 6.609 para 9.838 alunos. Atualmente no município de Itabaiana, com as 57 escolas e as 3 novas escolas, a Escola Municipal de Educação Infantil John Leno Cunha da Mota, o Centro de Educação Judite Dantas de Andrade e a Escola da Coruja, construídas no período de 2015 e 2016, a rede municipal de ensino atende cerca de 9.170 alunos.

Gráfico 3 – Alunos por ano



Fonte: Arquivo central e Secretaria da Educação de Itabaiana. Total de alunos por ano em Itabaiana (1988-2014)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O plano de trabalho, “A oferta pública de educação no município de Itabaiana: escolas, professores e alunos (1988-2014)”, teve por objetivo identificar e analisar: a distribuição da malha escolar municipal; os possíveis programas de financiamento criados para contemplar a rede municipal de educação; as formas de seleção e formação continuada de professores; as metodologias de organização pedagógica da rede municipal; e analisar o impacto sócio populacionais nas comunidades atendidas pela nova rede de escolas.

A identificação/análise da malha escolar municipal foi realizada com o apoio dos dados disponibilizados na Secretaria da Educação de Itabaiana. Com a análise dos dados foi possível perceber que no período de 1988 a 2005 teve a criação de 36 escolas, depois de um breve intervalo de tempo sem propostas de novas escolas surge em 2012 a criação de mais uma escola. Então até o ano de 2014 no município de Itabaiana obteve-se 57 escolas.

Após 2014 houve o planejamento e entrega de novas escolas, como: Escola Municipal de Educação Infantil John Leno Cunha da Mota, Centro de Educação Judite Dantas de Andrade e Escola da Coruja. Portanto, atualmente no município de Itabaiana encontram-se 60 escolas atendendo a população.

Os dados para identificação/análise dos programas de financiamento criados para contemplar a rede municipal de educação foi disponibilizada pela Secretaria da Educação de Itabaiana. Os dados, por sua vez, foram alcançados através de sites do Governo Federal, como o do Tesouro Nacional, já que os programas de financiamento que foram citados pela Secretaria são criados pelo Governo Federal. E de acordo com as informações é possível tirar a conclusão de que a dependência do município quanto aos repasses dos programas de financiamento proporcionado pela União pode ser considerada como prejudicial, pois este terá que ser aplicado todo o sistema educacional do município.

A identificação/análise das formas de seleção de professores em Itabaiana foi possível através da disponibilização do documento em

que constam quantos professores exercem o trabalho no magistério e o ano que estes foram admitidos, que até o ano de 2014 contavam com 421 professores. O cálculo feito inclui somente os professores admitidos por meio de concurso, pois além dessa forma de admissão tem-se o contrato.

A identificação/análise de formação continuada de professores foi realizada através de conversas com funcionários da Secretaria da Educação de Itabaiana que pontuaram dois: formação continuada na Educação Infantil e na Educação no Campo. Estes se encontram em parceria com a UFS (Universidade Federal de Sergipe). Apesar de não ter sido possível a disponibilização dos incentivos à prática da formação continuada de professores durante o recorte temporal feito neste plano, tem-se a informação das práticas atuais no município.

Através desse dado mais atual é importante notar que há uma carência de cursos de formação continuada para professores, como também é observado por uma das funcionárias da Secretaria da Educação. Então, com base nos documentos é possível notar que as aplicações de cursos para professores deveriam ser mais recorrentes, pois esta prática tem uma importância crucial para o aperfeiçoamento dos professores em prol de um melhor ensino nas escolas municipais.

A identificação/análise das metodologias de organização pedagógica da rede municipal tornou-se mais complicada entre os outros objetivos do plano pelo motivo de cada escola apresentar sua Proposta Político-Pedagógica (PPP). Contudo conversas com funcionários foram feitas embasado nesse tópico para poder compreender o quão importante é cada escola almejar o seu PPP, que por sua vez segue um modelo da própria Secretaria da Educação que também segue os parâmetros concedidos pela União.

A identificação/análise dos impactos sócio populacionais nas comunidades atendidas pela nova rede de escolas foi possível tanto pela Secretaria da Educação quanto pelo Arquivo Central. Com base na identificação e análise dos dados é possível notar que há um aumento de alunos nas escolas, mas que a partir do ano

de 2010 volta a cair. Contudo atualmente a matrícula inicial é de 9,170 alunos atendidos pela rede municipal de ensino no município de Itabaiana.

Com a identificação e análises dos documentos durante a pesquisa e com as leituras que possibilitaram uma visão de como funciona o universo educacional, pode-se dizer que o ideário da municipalização da educação infantil no município de Itabaiana por meio de legislações que amparam como o município deve exercer sua função foi possível quanto à criação de escolas, admissão de funcionário, resumindo, a organização da infraestrutura e do corpo técnico, contudo a manutenção de todo esse sistema exige muito do município. Portanto, através dos dados da Prova Brasil (Ideb), é possível afirmar que apesar de ter progredido ou alcançado a média a educação nos sistemas municipais de ensino em Itabaiana ainda tem que ser aperfeiçoado.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Congresso Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 14 jan. 2016.
- _____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- FNDE. Dinheiro direto na escola. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programasdinheiro-direto-escola/dinheiro-direto-escola-apresentacao>. Acesso em 10 de abril de 2016.
- _____. Alimentação Escolar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar>. Acesso em 10 de abril de 2016.
- _____. FUNDEB apresentação. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>. Acesso em 10 de abril de 2016.
- _____. Salário Educação entendendo-o. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/financiamento/salario-educacao/salario-educacao-entendendo-o>. Acesso em 10 de abril de 2016.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da educação brasileira**: leituras. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- IBGE, Itabaiana. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=280290&search=sergipe|itabaiana>. Acesso em 17 de novembro de 2015.
- IDEB, Resultado. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=4344162>. Acesso em 17 de março de 2016.
- LOPES, Eliane Marta TEIXEIRA; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2001 (Coleção O que você precisa saber sobre).
- MEC, Programas e Ações. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoes>. Acesso em 30 de março de 2016.
- MOTA, Ademar Benedito Ribeiro da. **A história da municipalização do ensino no Brasil**. Uniso – Universidade de Sorocaba.
- PINHEIRO, Maria Francisca. O Público e o Privado na Educação: um conflito fora de moda? In: FÁVERO, O. (Org.). **A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005 (Coleção memória da educação). p. 255 – 291
- Prefeitura de Itabaiana/SE, Portal da Transparência. Disponível em: <http://servicos.itabaiana.se.gov.br/transparencia/>. Acesso em 31 de novembro de 2015.
- Qedu, Aprendizado. Disponível em: <http://www.qedu.org.br/cidade/5510-itabaiana/aprendizado>. Acesso em 6 de abril de 2016.

SARMENTO, Diva Chaves. **Criação dos sistemas municipais de ensino.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 26, n. 93, p. 1363-1390, 2005.

SOUZA, Donaldo Bello de; FARIA, Lia Ciomar Macedo de. **Reforma do estado, descentralização e municipalização do ensino no Brasil: a gestão política dos sistemas públicos de ensino pós-LDB 9.394/96.** Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação, v. 12, n. 45, p. 925-944, 2004.

Tesouro Nacional, Mostra no RP. Disponível em: <http://sisweb.tesouro.gov.br/apexf?p=2600:1:MOSTRA:NO:RP:::>Acesso em 20 de abril de 2016.

Recebido em 13 de novembro de 2017

Aceito em 18 de fevereiro de 2018